

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENEDONO

REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2022

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- Discussão e votação da ata de 29 de abril de 2022
- Expediente
- Período de intervenção do público
- Período de intervenção dos membros

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Informação a prestar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea y) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas b) e c), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, a sessão ordinária do mês de junho da Assembleia Municipal de Penedono. -----

Esta sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, António Carlos Saraiva Esteves de Carvalho e secretariada pela Sra. Maria Helena Bernardo Cabral, 1.º Secretário e pelo Sr. Fernando Costa Cachinho, 2.º Secretário. -----

O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo a Sra. Maria Helena Bernardo Cabral procedido à chamada dos Srs. Membros da Assembleia verificando-se que o membro, Sr. Micael Moreira Anciães não compareceu a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, Cristina Maria Ferreira, Presidente, Bruno António Sousa Gomes, Sónia Isabel Anjos Numão, António Manuel Amaral da Silva, e Joana Sofia Ferreira Faustino, Vereadores. -----

Antes da abertura dos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia usou da palavra referindo que a falta do Sr. Membro anteriormente mencionado, se encontra devidamente justificada. -----

Logo após o Sr. Presidente da Assembleia interveio para cumprimentar todos os presentes, expressando, simultaneamente, o seu regozijo ante o facto de a reunião estar a decorrer no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pois, transmitiu, este constitui-se como o ponto nevrálgico da democracia, ou seja, o local onde as políticas locais, boas ou eventualmente más, são decididas. -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mandato 2021/2025

Depois desta breve nota introdutória, procedeu-se à abertura dos trabalhos, conforme Ordem de Trabalhos para esta Sessão Ordinária. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- Discussão e votação da ata de 29 de abril de 2022

Colocado o assunto a apreciação, os membros, Sr. António Nogueira e Sr. Júlio Lopes inscreveram-se para tecerem algumas considerações. -----

Já no uso da palavra, o membro Sr. António Nogueira transmitiu que as atas deveriam ser elaboradas de uma forma igualitária e que deveriam refletir o que de mais importante se passou na reunião, o que não se está a verificar; para atestar o que acabara de dizer, este membro declarou que na ata não se menciona o que efetivamente transmitiu a propósito da reeleição do Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Penedono e Granja pelo que lembrou o que então proferira. Constatando que o Sr. Membro estava a ler a sua intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou que esta fosse entregue à Mesa; mais adiantou que, tal como havia mencionado na sessão anterior, uma questão é fazer alterações de preciosismos, outra é alterar para que a ata transmita o que fora focado. Neste sentido, indagou se algum membro se opunha à inclusão do texto entretanto proferido. Face à anuência de todos os presentes, foi deliberado pela inclusão da proposta de retificação apresentada pelo membro, Sr. António Nogueira e que seguidamente se transcreve: "Mais informou que teve conhecimento até porque tem um familiar no executivo da mesma junta que um eleito do Partido Socialista tinha votado a favor para secretário/ tesoureiro bem como para a Assembleia de Freguesia. Lamenta que esta tomada de posição não tenha sido levada a cabo na primeira eleição, poupando-se tempo e dinheiro pois estas atitudes ficaram bastante caras ao país. Disse ainda que na política não vale tudo e que temos que ser sérios. Lamentou que nem todos os candidatos da primeira eleição não se tivessem apresentado à segunda." -----

Logo após foi dada palavra ao membro, Sr. Júlio Lopes que referiu que a ata não deixa transparecer o que o Sr. Presidente tinha argumentado contra ele, a arrogância e o cinismo patentes quando a ele se dirigia e o facto de o Sr. Presidente ter por diversas vezes transmitido que ele não tinha experiência. -----

Perante toda esta situação, o membro, Sr. José Ângelo Pinto quis saber o que iriam votar. -----
O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que iriam votar a ata, mas com as alterações propostas. Assim, foi o documento colocado a votação. Com o voto contra do membro, Sr. Júlio Lopes pelos motivos anteriormente mencionados, com a abstenção do membro, Sr. Marco Moreira por não ter

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mandato 2021/2025

estado presente na anterior sessão deste órgão deliberativo, foi, por maioria, deliberado pela sua aprovação. -----

- Expediente

A este propósito, o Sr. Presidente da Assembleia recordou que a ordem do dia da sessão de abril, incluía, entre outros pontos o "Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Concelho de Penedono" e a Proposta de Revisão da "Toponímia e Numeração de polícia na Vila de Penedono, União de Freguesias de Penedono e Granja" assuntos com os quais não se sentiu confortável e que por isso solicitou à Sra. Presidente da Câmara que providenciasse no sentido de obter pareceres jurídicos sobre os mesmos. -----

- Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia leu o parecer emitido relativamente à questão da toponímia. Após este procedimento reiterou que é do seu entendimento que a Assembleia tem de propor à Câmara, mediante proposta concreta, a alteração pretendida sem que o órgão executivo tenha obrigação de acatar a proposta. Deste modo, concluiu, não irá contrariar o expresso no Parecer. -----

Depois leu o parecer jurídico respeitante ao projeto de regulamento para fixação de médicos no concelho de Penedono. Sobre este assunto, lembrou, houve uma proposta ao documento apresentado. Mais acrescentou admitir ter havido algum "radicalismo" ao não ter aceite a mesma, pedindo desculpa pelo facto. No entanto, continuou, a sua opinião não é totalmente contrariada face ao documento ora apresentado. Transmitiu ainda haver condicionantes, pois há um regulamento apresentado, e não houve discussão do documento em sede do órgão deliberativo, tendo sido logo apresentada uma proposta de alteração. -----

Logo após o Sr. Presidente da Assembleia disponibilizou-se a entregar cópia dos pareceres jurídicos aos Srs. Membros que assim o pretendam. -----

A seguir o membro, Sr. António Nogueira pediu a palavra para solicitar cópia dos documentos e também para expressar a sua não concordância com a postura do Sr. Presidente da Assembleia, pois, devia assumir o erro relativamente à não aceitação da proposta de alteração colocada em cima da mesa pelo Grupo PS. -----

O Sr. Presidente da Assembleia retorquiu afirmando que ao admitir um apelidado "radicalismo", está a assumir o erro. Mais disse que nada fora discutido porque o documento tinha seguido os trâmites legais tendo tão-somente havido uma intervenção do membro, Sr. Micael Anciães propondo uma alteração ao projeto de regulamento. -----

De imediato a membro, Sra. Tânia Amaral pediu a palavra para sublinhar que o assunto não foi discutido, pois foi negada essa possibilidade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia reiterou o que já havia dito, transmitindo que, como tinha passado o período de discussão pública em que todos são chamados a contribuir, não faria sentido aceitar a proposta de alteração. -----

Depois, o membro Sr. José Ângelo Pinto interveio para à laia de conclusão mencionar que quanto à forma as desculpas esclarecem a situação e quanto à substância o resultado seria o mesmo. O membro, Sr. António Nogueira corroborou com esta argumentação acrescentando, porém que a votação seria diferente; no entanto, clarificou que esta tomada de posição não visa apoiar grupo PS até porque se considera conservador. -----

- Período de intervenção do público

Não houve público presente a esta sessão da Assembleia Municipal.

- Período de intervenção dos membros

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos Srs. Membros da Assembleia, inscrevendo-se para intervir os membros, Sr. José Ângelo Pinto, Sr. Alcino Viana, Sr. António Nogueira, Sra. Tânia Amaral e Sr. Júlio Lopes. -----

Já no uso da palavra, o membro Sr. José Ângelo Pinto questionou o executivo no sentido de saber se a intervenção que está a ser levada a cabo no Castelo de Penedono contempla a limpeza do muro da barbacã; adiantou, ainda, que sob o seu ponto de vista tal facto seria uma mais valia, pois o conjunto arquitetónico ficaria mais homogéneo, sem o forte contraste visual que, entretanto, se verifica. Depois perguntou se algo já foi efetuado com vista à requalificação do Cruzamento da Sta. Eufémia com a Estrada Nacional 229 uma vez que aquele troço é assustador e perigoso. Sobre o assunto disponibilizou-se a colaborar com a Câmara para que através de uma união concertada de esforços se consiga obter, junto das entidades, uma mais célere resolução dos problemas. -----

Finalizando a sua intervenção, este membro municipal quis saber o ponto de situação relativamente às empreitadas que se encontram a decorrer em Penela da Beira, designadamente "Circuitos Culturais de Penedono – Parque dos Viveiros de Penela da Beira" e "Reconstrução, Alteração e Ampliação do Edifício relativo à Antiga Escola Primária de Penela da Beira para Albergue Social Rural". -----

Logo após foi dada a palavra ao membro, Sr. Alcino Viana que através da sua alocução, que seguidamente se transcreve na íntegra, deixou transparecer a sua preocupação do mesmo tempo que apontou algumas sugestões relativamente a alguns eixos que considerou como sendo aqueles que deveriam merecer uma mais rápida ponderação por parte do Executivo Municipal. -----

"O maior problema do nosso Município é o despovoamento e gostaria de saber qual a estratégia que o executivo tem para o combater. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mandato 2021/2025

Reconheço que é uma tarefa muito difícil, quase impossível, mas é possível e deve fazer-se mais para reter população. É possível maior foco nas empresas e nas pessoas que me parece não tem sido o mais adequado. Como a Área de Acolhimento Empresarial surgiu tardia e na localização errada exige um esforço acrescido para a atração de empresas sendo indispensável oferecer melhores incentivos. -----

Embora o despovoamento seja um problema transversal a todo o concelho, parece-me que a segunda maior freguesia, em território e eleitores, foi a que mais sofreu nos últimos 40 anos e por isso, tenho a expectativa que o executivo lhe dispense atenção especial neste mandato. Esse despovoamento não estará alheio à falta de empreendedorismo particular e público, exemplificando: nem tem um lar de idosos nem uma cooperativa como outras freguesias têm, e por isso aproveito para questionar que planeamento existe para atenuar este problema nessa freguesia? -----

Aproveito para sugerir a extensão de um dos lares a colocar no edifício paroquial, sabendo que não é da competência da CMP, mas pode exercer influência nesse sentido; armazenamento com frio para a maçã produzida, mais de 700 toneladas, embora reconheça que não aferi a sua viabilidade; equipa destacada para combate ao cancro do castanheiro para a zona sul do concelho, que poderá ser uma extensão de cooperativa já existente. -----

Qual o ponto de situação dos percursos rurais? -----

Também gostaria de saber se está previsto o percurso cultural do medieval e do megalítico que eu já sugeri nesta assembleia. (Lagareta e sepulturas medievais do Queixo, sepulturas medievais dos 4 caminhos, castanheiro da guerra, Necrópole da Lameira de Cima, Menhir do Vale de Maria Pais e sepulturas da zona envolvente e sepulturas medievais do Freixial). -----

Peço também informação sobre a estrada/ecovia de Antas ao limite do concelho com a Meda que se encontra com o piso muito irregular. Quando está previsto começar? -----

Tem-se falado na melhoria da oferta de habitação para os residentes e para quem pretende vir a residir para o concelho. Sobre este assunto, quero sugerir que enquanto se aguarda o arranque de construção nova, o Município pode adquirir habitações devolutas, executar obras de manutenção e colocá-las no mercado de arrendamento ou revenda. Cria-se trabalho, melhora-se o património urbano e gera-se maior atratividade turística. -----

Relativamente a Agricultura e floresta – Tenho verificado com muito agrado a transformação em sotos de terrenos abandonados há décadas, que se deverá à existência do incentivo público que permite compensar os custos de manutenção com a cultura do castanheiro. Enquanto não existe incentivo governamental semelhante para a plantação e manutenção de floresta, o Município

pode incentivar quem pretende plantar carvalhos, pinheiros, etc. pelo menos, com a oferta das árvores, contribuindo assim para melhor ordenamento florestal e consequente redução do risco de incêndio."

Logo após foi dada palavra à membro, Sra. Tânia Amaral que iniciou a sua intervenção referindo que do mesmo modo que parabenizou o Executivo Municipal pelas atividades desenvolvidas aquando da interrupção letiva da Páscoa, deixa agora um reparo/crítica pois o Regulamento das Férias Animadas não contempla o mês de agosto o que, a seu ver, se torna insuficiente dado que nesse mês há muitos pais que trabalham e não têm uma retaguarda de apoio para os seus educandos. --- A finalizar a sua intervenção quis saber se já há novidades acerca da cobertura da rede móvel no Concelho. -----

Depois usou da palavra o membro, Sr. António Nogueira para, em primeiro lugar, abordar a temática da água. Neste sentido transmitiu que faz parte de uma IPSS que luta com dificuldades e que, por isso se torna incomportável num período de quinze dias estar-se a pagar o montante referente a seis meses. Ainda a este propósito transmitiu que tem ouvido muitas queixas e que tem conhecimento que há muitas pessoas que conseguem liquidar o montante que lhes é cobrado, mas existem outras que não têm rendimentos que lhes permita despende, à partida, uma quantia mais elevada. Adiantou, ainda, que o processo está a avançar de uma forma demasiado rápida e, como tal, a liquidação é insustentável para a maior parte das famílias, pois representa um valor significativo de despesa. -----

Este membro municipal reportou-se, de seguida, a uma outra questão – Toponímia. Sobre o tema declarou que fez um requerimento à Câmara, solicitando acesso ao processo. Foi-lhe transmitido, via ofício, que o poderia consultar no dia dezassete de junho, pelas nove horas; contudo, referiu, só rececionou a carta às catorze horas e trinta minutos desse mesmo dia pelo que se dirigiu à Câmara a solicitar o reagendamento em virtude do ocorrido. Após consulta dos documentos, o que de momento, lhe apraz registar é que irá fazer chegar um requerimento ao órgão deliberativo, mais não seja "para perpetuar o que resta do antigo", pois o que atualmente está a ser feito é um atentado à história local. -----

Logo após referiu que já ouviu dizer que se iria ampliar o cemitério de Penedono. Neste sentido questionou para que lado iria ser efetuada a intervenção. -----

Depois fez alusão a um artigo que leu a propósito de autarquias distinguidas como amigas da família. Sobre o assunto, sublinhou que a Câmara de Penedono dá benefícios/apoios às famílias em todas as áreas referidas no aludido documento o que o leva a questionar o porquê da mesma ainda não ter sido contemplada com aquela distinção; completou o seu raciocínio afirmando que tem de se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mandato 2021/2025

fazer chegar a informação a quem de direito. -----

Dando continuidade à sua intervenção perguntou se as bolsas de estudo já foram ou não pagas. – Depois pediu ao Sr. Presidente da Assembleia para que futuramente os documentos de suporte às sessões do órgão deliberativo, lhe fossem remetidos em suporte papel. -----

Logo após foi dada a palavra ao membro, Sr. Júlio Lopes que direcionou a sua intervenção para a questão da água. Neste sentido, comunicou que em abril, os funcionários que andavam em serviço de cobrança, entregaram três recibos e pagaram-se de quatro, sendo que o montante total estava escrito a lápis num canto de uma folha. Neste sentido, perguntou sobre qual a maneira de se provar que se efetuou o pagamento uma vez que não há assinatura de quem recebeu o dinheiro nem tão pouco o carimbo do município. Mais acrescentou que pode comprovar o que acabara de declarar apesar de, no momento, não ter as provas com ele. -----

Como não se registaram mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara para que esta possa responder às questões anteriormente colocadas. -----

Já no uso da palavra, a Sra. Presidente da Câmara, começou por responder às questões levantadas pelo membro, Sr. José Ângelo Pinto. Assim, e a propósito da intervenção que está a ser levada a cabo no Castelo, referiu que a candidatura foi unicamente a nível da consolidação estrutural e geotécnica do imóvel; avançou, ainda, que é possível efetuar uma intervenção a nível das acessibilidades, mas essa intervenção requer outro projeto. No entanto, irá dialogar com os serviços para que, dentro do possível, seja suavizado o choque visual que o Sr. Membro referenciou. -----

Relativamente ao cruzamento de Santa Eufémia referiu que já obteve resposta positiva por parte das Infraestruturas de Portugal a nível da reabilitação da sinalização vertical e horizontal; mais acrescentou que foi solicitado um parecer/projeto para minimizar o impacto de possíveis acidentes que venham a ocorrer nesse mesmo cruzamento. -----

No que ao Albergue diz respeito, a Sra. Presidente da Câmara esclareceu que a requalificação do espaço exterior e de alguns acabamentos no interior não estavam incluídos na empreitada; no entanto, a Câmara já tomou providências para efetuar as obras em falta. -----

No tocante à intervenção do membro, Sr. Alcino Viana, declarou que são compreensíveis as situações por ele abordadas, contudo a questão do despovoamento e, apesar de não se querer escusar às suas responsabilidades, é transversal ao país. -----

No que concerne ao investimento perguntou ao Sr. Membro se finha noção dos incentivos municipais existentes tendo este retorquido que conhecia alguns. -----

A Sra. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção reportando-se ao cancro do castanheiro.

Sobre esta temática frisou que existe uma parceria com a Cooperativa Agrícola de Penela da Beira pois eles são detentores do Know how; avançou que, à luz dessa colaboração já foram efetuadas quarenta largadas de parasitóides, em áreas estrategicamente selecionadas de forma a abranger todo o concelho. -----

Relativamente à Ecovia de Antas/Ourozinho referiu que estava prevista uma ecovia que, segundo o seu ponto de vista, não seria muito viável pois a estrada iria ficar mais estreita. Nesse sentido, reformulou-se o projeto e fez-se um circuito; transmitiu, ainda, que a obra é financiada. -----

Seguidamente, a Sra. Presidente da Câmara respondeu à questão trazida a lume pela membro Sra. Tânia Amaral. Neste sentido fez saber que as Férias Animadas não contemplam o mês de agosto dado que aquando da transferência de competências os recursos humanos afetos à escola já tinham aprovado o mapa de férias, pelo que agora não havia disponibilidade de pessoal para satisfazer todas as necessidades intrínsecas ao desenvolvimento do projeto. -----

Quanto à cobertura da rede móvel, a Sra. Presidente da Câmara declarou que se aguarda a colocação de duas antenas na Santa Eufémia. -----

Relativamente à problemática da água, a Sra. Presidente comunicou que o processo está com dois anos de atraso. Mais disse que tem perfeita noção de que é muito duro para alguns agregados familiares suportar, no imediato, o pagamento de três faturas. Mais avançou que fora transmitido aos funcionários que veiculassem a informação de que o pagamento poderia ser faseado. Apesar de ter noção de que há faturas que já prescreveram, convém que elas saiam. O destinatário pode expor a situação e optar por pagar ou por não pagar porque prescreveram; deste modo, disse, apela-se ao bom senso de todos. -----

Neste ponto, o membro, Sr. António Nogueira, interveio para dizer que o mais importante é que se resolva a situação. -----

Relativamente à Toponímia, a Sra. Presidente escusou-se a responder tendo o membro, Sr. António Nogueira acatado a decisão. -----

No que concerne à ampliação do cemitério, a Sra. Presidente referiu que já se podaram árvores e que se pretende ampliar para a frente ao que o Sr. Nogueira contrapôs afirmando que será uma solução pouco viável uma vez que será correspondente a somente um quarto do que já fora ampliado pelo que propõe seja reconsiderado o assunto. -----

Sobre as bolsas de estudo, a Sra. Presidente da Câmara comunicou que ainda não foram pagas porque a aprovação da lista definitiva só ocorreu na reunião do executivo realizada a seis de junho.

Ponto 1 – Informação a prestar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea y) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação da Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Mandato 2021/2025

Municipal, nos termos das alíneas b) e c), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Relativamente a este documento, o membro Sr. António José Santos questionou sobre se os parques infantis referenciados na página 6 (seis), se reportavam aos das freguesias ou somente aos da vila de Penedono. De imediato, a Sra. Presidente da Câmara respondeu que no documento se faz menção aos parques cuja gestão é feita pelo município; contudo, ressaltou, estará receptiva a dialogar com o Sr. Presidente da Junta caso ele assim o entenda. -----

Como não se registaram quaisquer outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia interveio para comunicar que a próxima sessão da Assembleia Municipal acontecerá, caso não ocorram imprevistos, na manhã do próximo dia trinta de setembro. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelas onze horas e cinquenta minutos deu por encerrada a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Filomena Maria Loureiro Sequeira, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi.



(Carlos Esteves de Carvalho, Presidente da Assembleia Municipal de Penedono)



(Maria Helena Bernardo Cabral, 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Penedono)



(Fernando da Costa Cachinho, 2.º Secretário da Assembleia Municipal de Penedono)

A Assistente Técnica: 

